

## PRÁTICAS AVALIATIVAS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

*Júnia Quiroga (MDS) ; Rovane Ritzi (MDS) ; Marcel Taga (MDS)*

*35º Encontro Anual da Anpocs*

GT05 - Desenvolvimento em perspectiva: teorias, experiências e projetos políticos

### 1. APRESENTAÇÃO

O trabalho objetiva evidenciar o fortalecimento da prática avaliativa de programas sociais tomando como exemplo o Programa Bolsa Família (PBF). Contrasta-se o processo de avaliação do PBF empreendido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), apresentando um balanço e análise de dez avaliações sobre o PBF concluídas entre 2004 e 2010, com as principais avaliações sobre o programa realizadas por instituições e pesquisadores não vinculados à gestão governamental, no mesmo período. Reflete-se sobre a escolha temática das avaliações empreendidas, no que concerne às categorias de análise, sobre as tendências de resultados encontrados, e – ademais – sobre as transformações nos eixos avaliados em função do *timing* político. Dessa forma, pretende-se contribuir com a discussão sobre o fortalecimento da prática avaliativa e o estabelecimento de agendas de pesquisa tanto no âmbito governamental, como instrumento de gestão, como na esfera não governamental, servindo ao controle social e à influência potencial sobre a agenda de gestão governamental. Além desta apresentação, integram este artigo uma seção introdutória, uma seção sobre os resultados de pesquisa e as considerações finais.

Durante o período de 2004 a 2010, foram contratadas dez avaliações com foco prioritário no PBF<sup>1</sup>, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 11 milhões. Foram realizadas pesquisas cuja metodologia permite identificar resultados de curto ou médio prazos – de forma a subsidiar a gestão na resposta a questionamentos mais pontuais –, estudos de abordagem analítica com base em dados secundários e, também, pesquisas com metodologia de avaliação de impacto, com a obtenção de respostas mais a longo prazo.

---

<sup>1</sup> Conforme o artigo enfatiza o total de dez avaliações diz respeito àquelas com foco prioritário no PBF. Contudo, na perspectiva de integração entre os programas, ações, benefícios e serviços que compõem o sistema de proteção social, o PBF é abrangido em um conjunto maior de avaliações contratadas.

Destaca-se o montante de recursos investidos nas pesquisas de avaliação de impacto – aproximadamente 85% do investimento total destinado às avaliações do PBF. Isso se explica pelas especificidades da metodologia em questão, pela amplitude dos aspectos levantados e – sobretudo - pela convicção da importância de se aferir resultados de um programa de transferência de renda de tamanha magnitude.

A seguir, são apresentados os principais resultados do conjunto de avaliações realizadas<sup>2</sup> sobre o PBF no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo que os aspectos da execução e resultados das avaliações de impacto serão tratados separadamente.

## **2. PRINCIPAIS RESULTADOS DE AVALIAÇÕES SELECIONADAS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)**

O MDS, responsável pela implementação dos dois programas ora analisados, tem se dedicado à avaliação dos programas, ações e serviços de sua coordenação com a convicção de que a completude do ciclo de gestão pública somente é atingida de maneira integral se inclui a possibilidade de retroalimentação da gestão pela prática avaliativa. Dessa forma, entre 2004 e 2010, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS) concluiu a execução de mais de oitenta pesquisas de avaliação que incluem desde estudos com foco prioritário em um programa, ação ou serviço como aqueles em que o foco é na rede de proteção ou na integração de seus componentes. Em ambos os casos, a perspectiva priorizada pode ser tanto a gestão e execução quanto os efeitos produzidos pela intervenção social. Quase a totalidade dessas investigações já teve seus resultados disseminados publicamente, em formatos diversos.

No que concerne ao PBF, durante o período de 2004 a 2010, foram concluídas um total de 10 avaliações que tinham o PBF como foco prioritário, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 11 milhões. As pesquisas realizadas envolvem metodologias para aferir resultados de curto ou médio prazos – de forma a subsidiar a gestão na resposta a questionamentos mais pontuais –, estudos de abordagem analítica com base em dados secundários e, também, pesquisas com metodologia de avaliação de impacto, com a obtenção de

---

<sup>2</sup> Esta versão do trabalho ainda não contempla os resultados das pesquisas realizadas fora do MDS.

respostas de longo prazo. No quadro 1 (ANEXO), é apresentado o histórico dessas pesquisas, contendo a descrição sucinta dos principais aspectos metodológicos e a informação sobre o período e instituição responsável pela execução. Na seqüência, os resultados das avaliações descritas são sistematizados segundo categorias de análise. Buscou-se identificar os resultados que refletem aspectos de implementação e efeitos dos programas que intervêm sobre a pobreza e a desigualdade social. Cumpre ressaltar que as avaliações desses programas não se limitam àquelas realizadas pelo MDS, fontes de dados deste artigo. Centros de investigação acadêmicos e não acadêmicos, governamentais e não governamentais, tem dedicado considerável atenção aos programas de transferência de renda, sobretudo ao Programa Bolsa Família.

## **2.1 Aspectos de economia local e elevação da renda**

Os primeiros resultados que trazem informações sobre a relação entre as transferências do PBF e a economia constam do estudo realizado pelo Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) intitulado “Estudo sobre a importância das transferências do Programa Bolsa Família da renda municipal”. Já neste primeiro estudo, realizado em 2004, ficou clara a importância do PBF para os municípios mais pobres da região Nordeste, onde o percentual da população beneficiária variava de 13% a 45%. O estudo também demonstrou que a importância do Programa para a economia municipal é inversamente proporcional ao desenvolvimento econômico do município.

Em relação à melhoria de renda das famílias, a “Pesquisa domiciliar com os beneficiários do Programa Bolsa Família”, realizada pelo Instituto Pólis em 2005, apontou que o PBF representava acréscimo de 21% na renda das famílias beneficiadas. Também foi constatado que os itens prioritários para o gasto do benefício eram, em ordem de prioridade, alimentação, material escolar, roupas/calçados e remédios.

Apesar de realizada em apenas um município, a pesquisa de “Avaliação epidemiológica e social do Programa Bolsa Família em município baiano”, de 2006, reitera os resultados encontrados nos estudos anteriores que mostram a relação existente entre os recursos do PBF e a economia municipal. Os resultados dessa pesquisa mostram que 82% dos comerciantes responderam positivamente quando questionados sobre a percepção de mudanças positivas no

fluxo das vendas após a implantação do programa no município. Segundo esta pesquisa, os segmentos do comércio local mais beneficiados foram aqueles que comercializavam alimentos. Também se destacaram as lojas de móveis populares, especialmente com a venda de camas, colchões e armários.

## **2.2 Gestão dos programas**

Aspectos relativos à gestão dos programas vêm sendo extensamente investigados pelo MDS com vistas a identificar gargalos e possibilidades de atuação sobre os mesmos. No caso do PBF, um dos principais estudos sobre a gestão do PBF foi a pesquisa realizada pelo Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional (Cedeplar), da UFMG, denominada “Pesquisa sobre a implementação do Programa Bolsa Família”. Desenvolvida no período de abril de 2006 a agosto de 2008, utilizou dados dos mesmos municípios em que foi realizada a pesquisa “Avaliação de impacto do Bolsa Família” sobre a qual se comentará na seção 2.5 deste artigo.

Os resultados revelaram aspectos importantes no entendimento das dificuldades enfrentadas pelos gestores municipais do PBF. Entre outros aspectos, ficou evidenciada a falta de experiência prévia dos gestores municipais – 62% deles declararam nunca antes ter trabalhado nesta área – e a falta de coordenação intersetorial formalizada em metade dos municípios. Esta última, principalmente em municípios com menos de 50 mil habitantes.

Outros aspectos relevantes apontados pela pesquisa estão relacionados ao cadastramento e gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e às condicionalidades de educação e saúde.

Sobre o cadastramento e gestão do CadÚnico, a pesquisa revelou que as visitas domiciliares eram realizadas em 32% dos cadastros realizados e, além disso, em 78% dos domicílios os gestores entrevistados reportaram que a equipe do PBF verificava a veracidade da informação de renda familiar mediante a adoção isolada ou associada dos seguintes procedimentos: visita domiciliar (55%), solicitação de comprovante de renda (40%) e/ou conversas com a comunidade (41%).

Em relação às condicionalidades de educação, o que se verificou foi a falta de integração das secretarias de educação municipais e a gestão do PBF. Um terço dos municípios não possuía

nenhum representante da secretaria de educação na gestão do PBF ou na Instância de Controle Social (ICS). Sobre condicionalidades de saúde, 58% dos municípios realizavam acompanhamento das condicionalidades de saúde por meio da gestão local do programa.

É interessante notar que os obstáculos encontrados no estudo correspondem ao mesmo tipo de irregularidades encontradas por órgãos de fiscalização externos ao MDS – Ministério Público Federal (MPF), os ministérios públicos estaduais, o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU). Em pesquisa realizada com dados secundários destes órgãos, em 2006, foi possível identificar que, apesar de a ocorrência de denúncias, falhas e irregularidades ser baixa, a maior parte das irregularidades está relacionada à elegibilidade das famílias para receber o benefício; ao cumprimento das condicionalidades de educação e saúde pelas famílias; à entrega dos cartões pela Caixa Econômica Federal aos beneficiários; ao funcionamento da coordenação do programa em nível municipal; e à existência e funcionamento da ICS. Apesar das dificuldades, o estudo destaca a reação positiva do MDS buscando aplicar as sanções pertinentes e, ao mesmo tempo, solucionar as irregularidades pelo fortalecimento dos processos de cadastramento e do controle sobre os gestores locais do programa.

Nesse sentido, a SAGI contribuiu com a pesquisa qualitativa denominada “Estudos de caso sobre controle do Programa Bolsa Família”, realizada entre 2008 e 2009 pela DataUff/FEC, em que foram conduzidos grupos focais e entrevistas em profundidade para compreender melhor o funcionamento das ICS. Os principais resultados apontados foram que as instâncias estaduais e municipais relacionadas a municípios de médio e grande portes tendem a ser mais desenvolvidas do que as instâncias de municípios de pequeno porte; além disso, os pequenos municípios tendem a apresentar um executivo municipal mais centralizador, sendo observada baixa participação popular e reduzido número de pessoas e entidades habilitadas – com disposição e capacitação – para exercer o controle social. Verificou-se, também, que as instâncias de controle social estaduais tendem a ser bem mais estruturadas, que o esforço de criar uma comissão especificamente voltada para o PBF tende a enfraquecer o controle social nos municípios e não a fortalecê-lo e que a relação entre executivos municipal e estadual de controle social ainda é um problema a ser solucionado.

### **2.3 Segurança alimentar e nutricional**

Os resultados da “Pesquisa de percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família sobre condições de segurança alimentar e nutricional”, realizada em 2006, demonstraram redução da percepção de insegurança alimentar por parte dos beneficiários – 48% dos entrevistados apontaram que nos últimos três meses alguma pessoa da família havia deixado de comer ou havia comido menos, pois havia insuficiência de alimentos, mas considerando as informações sobre as famílias antes de ingressarem no programa este percentual chegava a 58%. Além disso, no que diz respeito ao tempo de duração dos alimentos comprados, os resultados apontaram que após ingressar no programa houve redução do percentual de famílias beneficiárias para os quais os alimentos comprados duram apenas uma semana, redução do percentual de famílias beneficiárias para as quais os alimentos comprados duram duas semanas e aumento do percentual de famílias beneficiárias para as quais os alimentos comprados duram entre três e quatro semanas (que passaram de 31% para 55%).

### **2.4 Empoderamento feminino**

Os resultados da pesquisa “O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero” demonstrou o papel do PBF no empoderamento das mulheres. Neste sentido, receber o benefício significava uma possibilidade de expansão da “maternagem” – assim entendida como o desempenho do papel de cuidar das crianças, seja na qualidade de mãe, seja na de mãe substituta –, que garante o fortalecimento do seu papel central na coesão social do grupo doméstico pelo qual são responsáveis. Neste aspecto, os principais efeitos do PBF na condição social das mulheres corresponderam à visibilidade das beneficiárias como consumidoras, uma vez que o benefício lhes confere maior poder de compra, inclusive com a afirmação da autoridade dessas mulheres no espaço doméstico, decorrente muito mais da capacidade de compra suscitada pelo benefício do que da mudança nas relações tradicionais de gênero. O PBF permite também uma mudança da percepção das beneficiárias sobre si próprias, passando a se ver como cidadãs, fato que está intimamente relacionado com a necessidade de lavar documentos.

### **2.5 A avaliação de impacto do Programa Bolsa Família 1ª E 2ª rodadas**

Sob a perspectiva de mensurar resultados esperados e inesperados, de médio e longo prazos, do PBF, decidiu-se pela realização de uma avaliação de impacto. O principal objetivo dessa metodologia de avaliação é mensurar as mudanças observadas na vida das pessoas e isolar aquelas que podem ser atribuídas exclusivamente à participação do Programa.

Um desafio na aplicação desse método na avaliação do PBF foi que, devido às circunstâncias da implementação do programa, não foi possível aleatorizar os domicílios. Optou-se, portanto, pela realização de um painel longitudinal com desenho *quasi-experimental* utilizando o método amplamente conhecido como “diferença-das-diferenças”. Basicamente, esse método compara dois grupos (beneficiários e não beneficiários do PBF) ao longo do tempo, de forma a isolar os efeitos de fatores externos, identificando, desta forma, a diferença observada que pode ser atribuída ao Programa.

Contratado por processo licitatório, o Cedeplar-UFMG/Fundep foi responsável pela condução da 1ª rodada da “Avaliação de impacto do Bolsa Família” (AIBF I). Cumpre registrar que a contratação foi realizada em dezembro de 2004, em compasso com a criação do PBF.<sup>3</sup> Esse *timing* foi fundamental para que a primeira rodada de coleta de dados fosse conduzida quando as famílias beneficiárias tinham baixa exposição ao benefício. A pesquisa buscou informações quanto a aspectos socioeconômicos, consumo e gastos domiciliares, decisões intradomiciliares e de gênero, participação no mercado de trabalho, de acesso à saúde – inclusive realizando antropometria de crianças – e à educação, que expressam as condicionalidades acompanhadas pelo PBF.

A amostra da AIBF foi construída para uma coleta domiciliar de base populacional com estratificação geográfica para três grandes regiões: Nordeste (NE); Sudeste e Sul (SE+S); e Norte e Centro-Oeste (NO+CO). Para garantir que a amostra contemplasse tanto domicílios beneficiários do PBF e de programas remanescentes quanto domicílios não beneficiários ou apenas cadastrados, foi realizada uma varredura<sup>4</sup> nos setores censitários sorteados. Após a

---

<sup>3</sup> O PBF foi criado em outubro de 2003 e sua criação foi sancionada pela Lei nº 10.836, em 9 de janeiro de 2004.

<sup>4</sup> A varredura (*screening*) consistiu na coleta de informações básicas nos domicílios, dentro dos setores censitários sorteados no estágio anterior. Tendo em vista o objetivo da pesquisa, indagou-se nos domicílios quanto à inscrição no CadÚnico e participação no PBF ou em programas remanescentes, para construção da listagem para sorteio do último estágio, qual seja, das unidades a serem pesquisadas na AIBF.

varredura, os domicílios foram sorteados numa proporção de 3-6-1 entre os seguintes grupos, respectivamente:

- i)* famílias beneficiárias do PBF;
- ii)* famílias que não eram beneficiárias do PBF, mas estavam incluídas no Cadastro Único e podiam ser beneficiárias dos programas remanescentes;
- iii)* famílias não incluídas no Cadastro Único, mas com perfil semelhante ao das famílias cadastradas, entretanto, sem receber benefícios de programas sociais.

O primeiro momento de entrevistas foi realizado em novembro de 2005. No total, foram entrevistados 15.426 domicílios, em 269 municípios de 23 estados da Federação e do Distrito Federal. Os mesmos domicílios foram procurados entre os meses de setembro e novembro de 2009 para conduzir a segunda rodada de coleta de dados, mantendo, portanto, o mês de referência análogo ao da primeira rodada. Desta vez, a pesquisa foi realizada pelo consórcio entre o Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares (IFPRI)<sup>5</sup> e o instituto Datamétrica, contratado por licitação internacional fruto de parceria entre o MDS, o Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial.

Foram encontrados 11.433 dos 15.426 domicílios visitados na primeira rodada. Isto representa uma perda amostral de 26%, ocorrida principalmente em virtude de endereçamento incorreto/inexistente – 64% dos casos de perda – e mudança das famílias para endereços fora do plano amostral e/ou que não puderam ser identificados – 32% dos casos de perda. A perda amostral foi de 6,5% ao ano.

Na tabela 1 apresentamos a distribuição conjunta dos domicílios segundo sua condição na primeira e na segunda rodadas da AIBF. Desta forma, podemos quantificar as mudanças ocorridas na participação dos domicílios nos grupos. Leia-se, por exemplo, que 1.844 domicílios eram beneficiários em ambas as rodadas, 929 domicílios eram beneficiários na AIBF I e não na AIBF II, 1.121 domicílios estavam inscritos no CadÚnico, mas não eram beneficiários quando da coleta de dados da AIBF I, ao passo que se encontravam como beneficiários na AIBF II.

## **TABELA 1**

---

<sup>5</sup> *International Food Policy Research Institute.*



**Distribuição dos domicílios pesquisados na “Avaliação de impacto do Bolsa Família”, segundo sua condição quanto ao recebimento do benefício na AIBF I e na AIBF II**

AIBF I (2005)	AIBF II (2009)		Total
	Beneficiário do PBF	Não beneficiário do PBF	
Beneficiário do PBF	1.844	929	2.773
Não beneficiário do PBF, mas inscrito no CadÚnico	1.121	1.352	2.473
Não beneficiário do PBF e nem inscrito no CadÚnico	1.707	3.416	5.123
<b>Total</b>	<b>4.672</b>	<b>5.697</b>	<b>10.369</b>

Nota: Em relação aos 11.433 domicílios encontrados na AIBF II, foram omitidos da tabela 1.064 domicílios que não pertencem aos três grupos em análise (coluna AIBF I).<sup>6</sup>

Fonte: Avaliação de Impacto do Bolsa Família, 1ª e 2ª rodadas. Elaboração própria.

<sup>6</sup> Composto pelas famílias que relataram já terem sido beneficiárias do Programa Bolsa Família e de algum dos programas remanescentes e/ou não serem mais no momento da pesquisa – Bolsa Escola, Vale-Gás, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e/ou PETI.

### **2.5.1 O Programa Bolsa Família na visão dos beneficiários**

Há muita informação disponível sobre a gestão do PBF. Todavia, há pouca informação sobre o que os beneficiários e potenciais beneficiários conhecem a respeito do Programa. A AIBF II trouxe alguns resultados interessantes sobre essas questões.

Em relação aos critérios de elegibilidade do Programa, 80% dos respondentes souberam identificar o corte de renda para famílias extremamente pobres como um dos critérios utilizados para inclusão no PBF. Pouco menos, 70% dos respondentes, identificaram o corte de renda para famílias pobres como um dos critérios para inclusão das famílias. Outro ponto identificado como critério de elegibilidade foi a presença de crianças fora da escola.

Um resultado interessante foi observado quando se perguntou aos entrevistados o que eles achavam melhor, caso existisse mais dinheiro disponível para o programa, se o aumento do valor dos benefícios ou a inclusão de novos beneficiários. Mais de 82% dos entrevistados consideraram como melhor opção a inclusão de novos beneficiários. Até mesmo entre aqueles que eram beneficiários do PBF essa resposta prevaleceu – 78% dos beneficiários disseram preferir esta opção ao aumento do valor do benefício.

Sobre o conhecimento das condicionalidades exigidas pelo programa, 90% dos entrevistados souberam identificar corretamente aquelas relacionadas à educação e 92% identificaram corretamente as de saúde, considerando tanto beneficiários quanto não beneficiários. Algumas famílias (11%) acharam, no entanto, que o dinheiro do Programa deveria ser utilizado apenas para a compra de materiais e livros escolares, o que não procede.

As famílias beneficiárias disseram que, em geral, não têm dificuldades em cumprir as condicionalidades do PBF, mas nas regiões rurais a dificuldade em cumprir condicionalidades de saúde é superior à encontrada nas regiões urbanas, especialmente devido a problemas de acesso aos postos e unidades de saúde.

### **2.5.2 O que mudou para as famílias entre 2005 e 2009 nos aspectos de saúde e educação**

A comparação entre os resultados de 2005 e 2009 mostra melhoras significativas na vida das famílias entrevistadas. O objetivo desta seção é descrever essas mudanças, sem considerar, por enquanto, quanto delas se deve à participação das famílias no PBF.

Um dos resultados positivos observados é o fato de que quase todas as crianças de 0 a 1 ano de idade das famílias entrevistadas – beneficiárias ou não – são ou foram amamentadas (95%), até 2009. No entanto, as crianças de famílias beneficiárias do PBF recebem o leite materno como alimentação exclusiva até os seis meses de vida em proporção maior do que aquelas de famílias não beneficiárias – 62% contra 54%.

Comparando os dados antropométricos de crianças de até cinco anos de idade entre 2005 e 2009, observa-se que a relação entre altura e idade melhorou, tanto entre as famílias beneficiárias quanto entre as não beneficiárias do PBF.

No que concerne à imunização infantil, em que pese a alta cobertura para ambos os grupos, em ambas as rodadas da pesquisa as famílias beneficiárias apresentaram melhores índices de vacinação do que aquelas não beneficiárias.

A proporção de crianças de 8 a 13 anos de idade frequentando a escola é alta e praticamente não variou entre os anos de 2005 e 2009, tanto entre crianças de famílias beneficiárias quanto de famílias não beneficiárias – mantendo-se próxima a 95%. Contudo, em 2009, observa-se que a frequência escolar de jovens de 15 a 17 anos de idade beneficiários do PBF é maior do que a dos não beneficiários.

Ainda em relação à educação de crianças e jovens, a proporção de beneficiários do PBF que se mantêm na escola até os 14 anos é maior do que a dos não beneficiários, assim como também são melhores as taxas de progressão dos beneficiários.

### **2.5.3 Quais mudanças podem ser atribuídas ao PBF?**

Apesar da melhora significativa das famílias entre 2005 e 2009, para identificar quais mudanças podem ser atribuídas ao Programa é preciso, como anteriormente mencionado, isolar os efeitos do Bolsa Família de outras intervenções igualmente dirigidas a essas pessoas no mesmo período. Apresentam-se em seguida alguns resultados referentes ao impacto do PBF – efeitos que devem

ser creditados exclusivamente à participação no Programa.

#### *i) Saúde da criança*

A participação no PBF impacta positivamente as gestações, significando menor quantidade de partos prematuros entre as famílias beneficiárias. A quantidade de crianças nascidas a termo, ou seja, após um período de gestação entre 37 e 41 semanas, foi 14,1 pontos percentuais (p.p.) maior nas famílias beneficiárias, em comparação com as famílias não beneficiárias.

A proporção de crianças beneficiárias consideradas nutridas foi, por sua vez, 39,4 p.p. mais alta em comparação com crianças não beneficiárias, considerando-se o Índice de Massa Corporal (IMC), que estabelece relação entre o peso e a altura das crianças.

Finalmente, o PBF teve impacto positivo sobre a vacinação em dia, especialmente quando se observam os índices de vacinação contra poliomielite. A proporção de crianças beneficiárias que receberam a primeira dose da pólio no período apropriado foi 15 p.p. maior do que a proporção de crianças de famílias não beneficiárias. No caso da terceira dose, a proporção foi 25 p.p. superior. A vacinação contra tétano, difteria e coqueluche (DTP) também foi mais frequente entre as famílias beneficiárias do PBF, com uma diferença de 18 p.p. na segunda dose e de 19 p.p. na terceira.

#### *ii) Educação*

A participação no PBF também tem impacto positivo na educação de crianças e jovens. A frequência à escola entre crianças de 6 a 17 anos foi 4,4 p.p. maior nas famílias beneficiárias no contraste com as famílias não beneficiárias. Destaca-se que na região Nordeste essa diferença foi de 11,7 p.p. a favor das crianças das famílias beneficiárias.

Além disso, a progressão de ano para crianças de 6 a 17 anos de famílias beneficiárias foi 6,0 p.p. maior em comparação com famílias não beneficiárias. O impacto é maior entre as meninas de 15 e 17 anos, quando a diferença chega a 19 e 28 p.p., respectivamente.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O balanço de resultados apresentado neste artigo reforça a necessidade de investir na realização de estudos e pesquisas que orientem o redirecionamento e aprimoramento da gestão pública. Como se constatou, os resultados efetivamente aportam na confirmação de passos, ou na eventual reorientação dos programas de transferência de renda. Dessa forma, contribuem para a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

## ANEXO - QUADRO 1

### Avaliações com foco prioritário no Programa Bolsa Família, contratadas pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação entre 2004 e 2010\*

Pesquisa		Descrição	Período de realização	Instituição executora
1	Estudos sobre a importância das transferências na renda municipal	Análise da importância do volume de renda transferido pelo Programa Bolsa Família segundo tipo de município.  <b>Metodologia:</b> Estudo realizado por meio de dados secundários.	6/2004 a 12/2004	Bolsa CNPq: Rosa Maria Marques
2	Avaliação de impacto do Bolsa Família – 1ª rodada (AIBF I)	Avaliação do impacto do PBF sobre gastos com alimentação, educação e saúde; medidas antropométricas e indicadores de desnutrição; empoderamento e capital social; relações de gênero e alocação intrafamiliar de recursos.  <b>Metodologia:</b> Pesquisa domiciliar com desenho quase experimental e longitudinal. Amostra probabilística considerando três grandes áreas do Brasil (regiões Sudeste e Sul, em conjunto; regiões Norte e Centro-Oeste, em conjunto; e região Nordeste) – 15.426 domicílios em 269 municípios.	12/2004 a 11/2006	Cedeplar-UFMG /FUNDEP
3	Pesquisa domiciliar com os beneficiários do Programa Bolsa Família	Avaliação do grau de conhecimento dos beneficiários do PBF sobre esse programa e suas percepções sobre a importância do benefício para a melhoria das condições de vida.  <b>Metodologia:</b> Pesquisa domiciliar com amostra probabilística de abrangência nacional - 2.317 domicílios em 86 municípios.	7/2005 a 11/2005	Pólis Pesquisa
4	O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero	Avaliação do programa sobre a condição social das mulheres beneficiárias, visando averiguar o ordenamento do espaço doméstico e o acesso das mulheres ao espaço público.  <b>Metodologia:</b> Pesquisa qualitativa por meio de estudos de casos em dez municípios brasileiros.	11/2005 a 11/2006	Agende/NEPEM

5	Pesquisa de percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família sobre condições de segurança alimentar e nutricional	<p>Mensurar as percepções dos beneficiários do programa sobre a melhoria de suas condições de vida, principalmente, sobre as mudanças referentes à qualidade e à quantidade de alimentos consumidos pelas famílias beneficiárias.</p> <p><b>Metodologia:</b> Pesquisa domiciliar com amostra probabilística de abrangência nacional – 4 mil domicílios distribuídos em 53 municípios.</p>	2/2006 a 4/2006	DataUff -FEC e UFBA
6	Pesquisa sobre a implementação do Programa Bolsa Família	<p>Avaliar a implementação do Programa Bolsa Família, particularmente quanto à gestão e ao controle social do programa nos municípios brasileiros.</p> <p><b>Metodologia:</b> Pesquisa quantitativa com de dados municipais dos atores institucionais relacionados ao PBF nos 269 municípios pesquisados na AIBF I. Análise conjunta dessas informações com os dados individuais e domiciliares coletados para a AIBF I.</p>	4/2006 a 8/2008	Cedeplar-UFMG /FUNDEP
7	Avaliação epidemiológico e social do Programa Bolsa Família – experiência de um município baiano	<p>Avaliação do PBF considerando seus resultados sobre: situação nutricional das crianças de famílias beneficiárias, utilização do benefício na unidade familiar, estímulo à economia local, acesso das famílias beneficiárias ao sistema municipal de saúde e o empoderamento das mulheres face à titularidade do recebimento do benefício num município com 25 mil habitantes.</p> <p><b>Metodologia:</b> Estudo de coorte do Programa Bolsa Família de todas as crianças menores de nove anos pertencentes às famílias beneficiárias em 2004, e posteriormente nas mesmas famílias em 2006, em um município baiano.</p>	4/2006 a 12/2006	UFBA- FAPEX
8	Estudo sobre controle e fiscalização do Programa Bolsa Família	<p>Análise dos problemas e pontos críticos identificados pelo TCU, CGU e MPU, bem como pelo próprio MDS, na gestão e implementação do PBF durante o ano de 2005, nos níveis federativos pertinentes.</p> <p><b>Metodologia:</b> Pesquisa realizada por meio da sistematização e análise de dados secundários.</p>	5/2006 a 11/2006	Consultor pessoa física: Cristina Filgueiras

9	Estudos de caso sobre controle social do Programa Bolsa Família	<p>Analisar o desempenho das instâncias municipais e estaduais de controle social do Programa Bolsa Família no cumprimento de suas funções; avaliando os efeitos de sua implantação e do funcionamento em termos de incremento do capital social e identificar possíveis variáveis explicativas do seu desempenho.</p> <p><b>Metodologia:</b> Pesquisa qualitativa. Foram conduzidos 19 grupos focais e 186 entrevistas em profundidade.</p>	2/2008 a 3/2009	DataUFF-FEC
10	Avaliação de impacto do Bolsa Família - 2ª rodada (AIBF II)	<p>Avaliação do impacto do PBF sobre gastos com alimentação, educação e saúde; medidas antropométricas e indicadores de desnutrição; empoderamento e capital social; relações de gênero e alocação intrafamiliar de recursos.</p> <p><b>Metodologia:</b> Pesquisa domiciliar com desenho <i>quasi</i>-experimental e longitudinal. Amostra probabilística considerando três grandes áreas do Brasil (regiões Sudeste e Sul, em conjunto; regiões Norte e Centro-Oeste, em conjunto; e região Nordeste) – 11.433 domicílios em 269 municípios.</p>	02/2009 a 12/2011	Consórcio IFPRI/Datamétrica



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadernos de estudos: desenvolvimento social em debate: A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros.** Brasília, DF: SAGI, n. 1, set. 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Nota Técnica n. 110/2010.** Síntese do 1º Relatório contendo os Principais Resultados da Pesquisa de Avaliação de Impacto do Bolsa Família – 2ª Rodada – AIBF II. Brasília, DF: SAGI, DA, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. **Sumário executivo: Avaliação de impacto do Bolsa Família.** Brasília, DF: SAGI; Cedeplar/UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Fundação Euclides da Cunha. **Sumário executivo: Estudos de caso sobre controle social do Programa Bolsa Família.** Brasília, DF: SAGI; DataUFF, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa. **Sumário executivo: Pesquisa sobre a implementação do Programa Bolsa Família.** Brasília, DF: SAGI, FUNDEP/UFMG, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm)>. Acessado em: 10 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sobreministerio/legislacao/bolsafamilia/medidas-provisorias/Medida%20Provisoria%20no%20132.pdf>>. Acessado em: 10 set. 2010.

PAES-SOUSA, R.; VAITSMAN, J. (orgs.) **Cadernos de estudos: desenvolvimento social em debate: Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS.** Brasília, DF: MDS; SAGI. nº 5, fev. 2007.

TAPAJÓS, L.; QUIROGA, J. (orgs.) **Cadernos de estudos: desenvolvimento social em debate: Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS 2006-2010.** Brasília, DF: MDS; SAGI. nº 13, dez. 2010.

TAPAJÓS, L.; QUIROGA, J.; RITZI, R.; TAGA, M. A importância da avaliação no contexto do Bolsa Família. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L (orgs). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios.** Volume 2. Brasília: IPEA, 2010. P. 73-87.